



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 19/03/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado avaliou como produtiva a semana legislativa na área de segurança pública, com aprovação de projetos voltados ao endurecimento penal. Destacou a tipificação do crime vicário, com punições mais severas para casos em que filhos são atacados para atingir a mãe (Projeto de Lei (PL) nº 3.880, de 2024). Também citou o PL nº 3.780, de 2023, que aumenta as penas para crimes como furto de animais, veículos e aparelhos eletrônicos, além de receptação. Mencionou, ainda, o PL nº 3.630, de 2025, que permite a divulgação da imagem de suspeitos em flagrante, com objetivo de ampliar a identificação de vítimas. Por fim, afirmou que as medidas buscam responder à criminalidade e defendeu maior rigor nas punições, incluindo restrições a condenados por crimes sexuais contra crianças.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada cobrou apoio para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades no Banco Master e pediu que colegas assinassem o requerimento. Afirmou que a apuração deveria ocorrer sem distinção entre correntes políticas e destacou impactos sobre aposentados e pensionistas em diversos Estados. Também alertou que prejuízos financeiros recaíram sobre a população de menor renda. Além disso, criticou a fila de benefícios no INSS e a suspensão de pagamentos do BPC, defendendo a convocação de médicos peritos e auditores concursados. Por fim, solicitou medidas do Governo para melhorar o funcionamento do sistema e garantir atendimento a grupos vulneráveis.

Antonio Brito (PSD - BA) - O Deputado registrou a chegada da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que trata da aposentadoria dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Destacou sua atuação como relator na Comissão Especial e a liderança do Deputado Doutor Luizinho na construção do texto. Informou que solicitou celeridade na tramitação ao Relator no Senado, Irajá Abreu, e mencionou o apoio do Presidente da Casa, Davi Alcolumbre. Também reconheceu a mobilização de entidades e centrais sindicais. Por fim, ressaltou que a proposta representou avanço para garantir aposentadoria digna a profissionais essenciais ao Sistema Único de Saúde e à atenção primária.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado alertou para o aumento da violência contra a mulher no Brasil, com registro de 1.518 feminicídios em 2025. Destacou que a maioria dos casos ocorreu dentro das residências e apontou a persistência de uma cultura machista como fator estrutural. Também mencionou o lançamento do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

pacto entre os Três Poderes para enfrentamento do feminicídio, conduzido pelo Luiz Inácio Lula da Silva, e defendeu a adesão de todas as esferas de Governo e da sociedade. Por fim, afirmou que o combate à violência exige mudança de atitudes, maior engajamento coletivo e responsabilização dos agressores, com participação ativa de homens nesse processo.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a condução da política externa dos Estados Unidos, destacando ataques militares de Donald Trump e Benjamin Netanyahu que afetaram o Oriente Médio e impactaram a economia global. Defendeu que o Brasil mantivesse uma postura independente, soberana e alinhada à ONU, buscando a paz e o desarmamento. Por outro lado, abordou a ética parlamentar, relatando representação contra Deputados condenados por desvio de emendas parlamentares. Informou que a permanência desses parlamentares no exercício do mandato compromete a credibilidade da Câmara e o bom uso dos recursos públicos. Por fim, reforçou a necessidade de transparência nas emendas e de medidas do Conselho de Ética para preservar a integridade institucional e evitar a naturalização de práticas ilícitas no Legislativo.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado relacionou o contexto da guerra no Oriente Médio e suas consequências econômicas, citando a elevação do preço do barril de petróleo para cerca de 120 dólares em razão das tensões envolvendo os Estados Unidos, Israel e o Irã, e seus efeitos sobre mercados globais e custos de insumos. Afirmou que o Parlamento deveria se posicionar publicamente contra a guerra, defendendo a soberania das nações, a autodeterminação dos povos e o multilateralismo. Criticou ainda o uso da força militar sem consulta internacional e alertou que a população brasileira sofrerá impactos econômicos pela alta dos combustíveis e de outros produtos sensíveis aos preços do petróleo. Concluiu que era necessário votar uma moção de repúdio à guerra e reafirmar compromisso com a paz.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a conduta de Parlamentares do Partido Liberal envolvidos em casos de corrupção e chantagem, citando a cassação de Josimar Maranhãozinho, Bosco Costa e Pastor Gil pelo Supremo Tribunal Federal. Destacou que a prática de emendas parlamentares ilegais, incluindo as chamadas emendas Pix, afetou milhões de reais e demonstrou a necessidade de transparência no uso dos recursos públicos. Ressaltou também que o voto aberto, proposto por ele, permite identificar quem apoia parlamentares corruptos. Denunciou ainda a influência de figuras ligadas ao PL, ao Centrão e à extrema direita, associadas a campanhas políticas e esquemas financeiros ilícitos, reforçando que a população precisa pressionar por responsabilização e que o combate à corrupção é essencial para a credibilidade do Parlamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a atuação de famílias com ligações suspeitas a milícias e afirmou que o Brasil deve reagir nas urnas, reeleger o Presidente Lula e enfrentar grupos com influência política. Denunciou a chamada máfia dos combustíveis, que eleva abusivamente os preços à população, agravando o impacto econômico no País. Associou o aumento dos combustíveis às privatizações das refinarias promovidas pelo ex-Presidente Bolsonaro e à venda da BR Distribuidora, ressaltando que essas medidas contribuíram para a escalada dos valores. Defendeu ainda a necessidade de medidas para controlar os preços e proteger os consumidores, vinculando o tema à responsabilidade do Estado e à regulação do setor energético.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada denunciou irregularidades envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB), responsabilizando o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pelo esquema. Informou que Ibaneis teria mantido relações promíscuas com o Master, indicado assessores e representantes para o BRB e permitido acordos prejudiciais, incluindo operações com o Flamengo, sem transparência nos balanços do banco. Criticou ainda a recondução do Presidente do BRB, considerado inabilitado pelo Banco Central, e apontou que o rombo de 12,2 bilhões estaria ligado à má gestão do Governo do Distrito Federal. Por fim, afirmou que Ibaneis é o arquiteto da relação entre BRB e Banco Master e defendeu sua saída imediata para permitir a correção das operações e a responsabilização pelos prejuízos à população.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado fez críticas à atuação de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), mencionando Flávio Dino e Alexandre de Moraes, e alegou que haveria pressão sobre o Governador do Maranhão, Carlos Brandão, para deixar o cargo. Afirmou que essa suposta pressão teria como objetivo permitir a ascensão do Vice-Governador Felipe Camarão ao Governo Estadual. Também citou decisões judiciais relacionadas a investigações sobre possíveis casos de nepotismo, questionando a pertinência dessas medidas e afirmando que não haveria irregularidades comprovadas. Por fim, argumentou que tais ações representariam interferência indevida no Governo Estadual e defendeu a legitimidade da gestão atual, destacando obras e políticas públicas realizadas no Estado.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado fez críticas à Esquerda e ao Governo Federal, afirmando que há perseguição política contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Também questionou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente do Ministro Alexandre de Moraes. Destacou preocupações com a segurança pública, citando a atuação de facções como Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho, e afirmou que parte da população brasileira vive sob influência dessas organizações. Criticou a condução da política econômica e o aumento no preço dos combustíveis. Além disso, mencionou outros episódios políticos para sustentar suas críticas, como o caso do Banco Master, com alegações de envolvimento de autoridades e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

necessidade de investigação; a condução da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); acusações envolvendo contratos ligados a familiares de autoridades; e o episódio da compra de respiradores durante a pandemia de COVID-19 no Nordeste, que teria apresentado irregularidades. Por fim, reiterou críticas ao Judiciário e ao cenário político, defendendo maior apuração desses casos e mudanças na condução das instituições.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado defendeu a apresentação de uma moção de repúdio à escalada de conflitos internacionais, com destaque para a guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, e afirmou que o Parlamento deveria se posicionar em favor da paz, do multilateralismo e da soberania das nações. Também criticou a privatização de ativos do setor de energia e defendeu a reestatização de refinarias e da BR Distribuidora como forma de ampliar o controle sobre os preços dos combustíveis. Por fim, citou medidas do Governo Federal para mitigar os efeitos da crise e manifestou solidariedade a caminhoneiros e consumidores.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado abordou a situação da segurança pública no Rio Grande do Norte, relatando episódios de violência envolvendo facções criminosas e a morte de um policial. Criticou uma portaria da Polícia Militar do Estado, que impôs medidas consideradas prejudiciais aos agentes, como punições disciplinares, restrições à realização de atividades extras e exigências após afastamentos por saúde. Também apontou impactos na rotina de deslocamento dos policiais e no exercício das funções. Por fim, afirmou ter destinado recursos à área de segurança e defendeu a revisão das normas, solicitando diálogo com a tropa e ajustes na portaria para melhorar as condições de trabalho dos profissionais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado comentou a possível delação premiada do empresário Daniel Vercaro, destacando que a colaboração pode esclarecer relações com setores do mercado financeiro, agentes públicos e outras figuras influentes. Afirmou que as investigações devem apurar conexões com dirigentes partidários, Parlamentares, integrantes do Judiciário, além de vínculos com igrejas e comunicadores digitais. Também mencionou a expectativa de que os fatos sejam devidamente esclarecidos no âmbito das instituições.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou decisões judiciais relacionadas aos atos de 8 de janeiro e manifestou apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. Além disso, tratou do aumento dos custos do frete rodoviário, atribuindo a situação à política econômica do Governo Federal e alertando para riscos de paralisação de caminhoneiros. Criticou ainda a gestão da Governadora Fátima Bezerra, apontando problemas administrativos e de segurança pública no Estado. Também mencionou recursos destinados à segurança em Mossoró (RN) e cobrou sua execução. Por fim, destacou a aprovação do Projeto de lei nº 3.780, de 2023, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

endurece penas para crimes como furto, roubo e receptação, defendendo medidas mais rígidas no combate à criminalidade.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou falas da oposição e acusou o Governo anterior de distorcer a realidade e adotar práticas de negacionismo. Atribuiu ao Governo de Jair Bolsonaro medidas que impactaram Estados, como mudanças no ICMS dos combustíveis, e afirmou que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva corrigiu esses efeitos. Destacou a mudança na política de preços dos combustíveis, com o fim da paridade internacional, e citou ações como redução de tributos e subvenções para conter preços. Também mencionou a queda na capacidade de refino após privatizações e defendeu maior atuação do Estado. Por fim, afirmou que o atual Governo apresenta inflação menor e redução do desemprego.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado abordou a investigação sobre a morte de uma policial militar em São Paulo (SP), inicialmente registrada como suicídio, mas posteriormente tratada como possível feminicídio. Relatou indícios apontados por perícia e pela família, que levantaram suspeitas contra o marido da vítima, preso preventivamente, e defendeu apuração rigorosa e punição em caso de confirmação do crime. Também comentou o conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, afirmando que a guerra traria impactos econômicos globais, mas avaliando como legítima a ação preventiva. Por fim, criticou setores da esquerda por atribuírem responsabilidades distintas a governos em diferentes contextos, mencionando o período da pandemia.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado destacou avanços na educação do Município de São José de Ribamar (MA), atribuindo os resultados à Gestão do Prefeito Dr. Julinho. Citou indicadores como liderança no Estado, posições de destaque no Nordeste, melhoria no Ideb e Saeb, além de ações como ampliação da educação integral, valorização de professores e redução da evasão escolar. Também mencionou investimentos em merenda, transporte, inclusão e infraestrutura escolar, além de iniciativas como escola bilíngue e cursos pré-vestibulares financiados pelo Município. Por fim, ressaltou o envio de recursos para obras e defendeu a atuação conjunta de agentes públicos para ampliar políticas e melhorar a qualidade de vida da população local.

Socorro Neri (PP - AC) - A Deputada cobrou celeridade na análise de pedidos relacionados à hanseníase no âmbito da Lei nº 11.520, de 2007, que prevê reparação a vítimas de políticas de isolamento compulsório. Destacou que a legislação foi ampliada para incluir pessoas isoladas em seringais, em domicílio e filhos separados de pais, mas apontou demora na avaliação dos requerimentos. Por fim, alertou que a demora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

compromete a efetividade da política pública e pediu mobilização da Câmara e do Governo Federal para garantir indenização em vida aos beneficiários.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado criticou decisão do Supremo Tribunal Federal que dispensou depoimento em Comissão Parlamentar de Inquérito sobre supostas irregularidades no INSS, afirmando que a medida prejudicou investigações e cobrou responsabilização dos envolvidos. Destacou a destinação de recursos para Espigão do Oeste (RO), com cerca de R\$ 33 milhões para abastecimento de água e investimentos adicionais em infraestrutura e esporte. Também informou ainda o envio de mais de R\$ 100 milhões para Porto Velho (RO), com foco na área da saúde. Por fim, mencionou ações em distritos como União Bandeirantes e reafirmou compromisso com o desenvolvimento de Rondônia.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou a existência de corrupção sistêmica nas instituições brasileiras, citando casos envolvendo o INSS e o Banco Master. Afirmou que a impunidade atravessa os três Poderes e cobrou o avanço de pautas como o fim do foro privilegiado e a prisão após condenação em segunda instância. Também apontou omissão das lideranças do Congresso, mencionando Davi Alcolumbre e Hugo Motta, pela falta de instalação de CPIs. Ao final, defendeu maior responsabilidade do eleitor nas eleições, com foco na rejeição de candidatos envolvidos em irregularidades.

ORDEM DO DIA

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.433, de 2025, que institui a Semana Nacional da Cultura Evangélica.

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 6.483, de 2025, que institui a Política Nacional de Milhas Públicas (PNMP), sistema federativo destinado a receber, administrar e destinar milhas e pontos de programas de fidelidade oriundos de passagens aéreas adquiridas com recursos públicos. Na oportunidade, afirmou que o projeto, denominado Voa Juventude, tem apoio suprapartidário e pode contribuir para democratizar oportunidades, permitindo que jovens de todo o País representem seus Estados e desenvolvam suas trajetórias acadêmicas, científicas e esportivas.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 6.483, de 2025, que institui a Política Nacional de Milhas Públicas (PNMP), sistema federativo destinado a receber, administrar e destinar milhas e pontos de programas de fidelidade oriundos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

de passagens aéreas adquiridas com recursos públicos. Na oportunidade, elogiou a iniciativa do Deputado Lucas Abrahão, destacando a relevância da proposta nas áreas de educação, ciência e esporte, ampliando oportunidades e promovendo inclusão para jovens em todo o país.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada declarou apoio ao Projeto de Lei nº 6.483, de 2025, que institui a Política Nacional de Milhas Públicas (PNMP), sistema federativo destinado a receber, administrar e destinar milhas e pontos de programas de fidelidade oriundos de passagens aéreas adquiridas com recursos públicos. Reforçou a importância de sua aprovação definitiva, não apenas do requerimento de urgência. Além disso, elogiou a iniciativa do Deputado Lucas Abrahão e destacou o caráter público dos recursos envolvidos. Ressaltou que quando viagens são custeadas pelo Estado, ou seja, com recursos do erário, as milhas geradas não devem beneficiar o agente público individualmente, mas sim retornar ao próprio Estado. Por fim, defendeu que essas milhas sejam convertidas em políticas públicas, com finalidade social, contribuindo para áreas como educação, ciência e esporte.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa.

General Girão (PL - RN) - O Deputado tratou da seca no Nordeste, criticando o DNOCS por falhas no combate e a interrupção do bombeamento das águas do Rio São Francisco para Ceará e Rio Grande do Norte desde 2023. Assim, defendeu a retomada da transposição, limitada ao consumo humano, e a manutenção da Operação Pipa sob o Exército Brasileiro, com fiscalização federal, para evitar politização por prefeituras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado esclareceu pontos do Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa. Afirmou que a proposta não transfere responsabilidade exclusiva aos Prefeitos, mas amplia a capacidade de atuação dos entes federativos, Municípios, Estados e Distrito Federal, para resolver problemas, especialmente no acesso à água. Explicou que o texto garante uma dotação orçamentária fixa, garantindo previsibilidade financeira para a execução das ações. Por fim, criticou a polarização política no debate e enfatizou que, na prática, a população espera soluções concretas, como o acesso à água, independentemente de disputas ideológicas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa. Na oportunidade, mencionou políticas públicas anteriores, como o Programa Cisternas, ressaltando seu impacto na ampliação do acesso à água potável e à segurança hídrica; e criticou a interrupção desse programa no Governo anterior.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado celebrou a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa. Agradeceu aos Parlamentares pelo apoio e parabenizou o Deputado Eriberto Medeiros pela iniciativa e sensibilidade com o tema.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada reconheceu a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 646, de 2025, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências, para prever a utilização do Fundo em programas de apoio a mitigação dos efeitos da seca, como a Operação Carro-Pipa. Na oportunidade, fez um alerta aos Governos sobre a persistência de soluções paliativas, como o uso de caminhões-pipa, destacando que, mesmo em 2026, essa ainda é uma realidade em diversas regiões do País, não apenas no semiárido, mas também em periferias urbanas. Por fim, defendeu a necessidade de políticas públicas estruturantes para garantir o acesso contínuo à água potável, afirmando que o abastecimento hídrico é um direito essencial que ainda vem sendo negligenciado ao longo dos anos.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado registrou reconhecimento à equipe técnica do PSB pela elaboração do Projeto de Lei nº 646, de 2025. Destacou a participação de assessor na construção da iniciativa e manifestou satisfação por assumir a relatoria da matéria. Ao finalizar, valorizou o trabalho da consultoria e apontou sensibilidade na formulação da proposta, reafirmando a importância da colaboração técnica no processo legislativo.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.023, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 8 de maio de 2017.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado ressaltou que o uso de carros-pipa deveria ser apenas emergencial e complementar. Além disso, alertou para irregularidades associadas ao modelo, como desvios, uso político e práticas de favorecimento. Em seguida, discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.023, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 8 de maio de 2017.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

General Girão (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.023, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 8 de maio de 2017.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.023, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 8 de maio de 2017.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

General Girão (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017. Além disso, mencionou a aprovação do Projeto de Lei nº 646, de 2025, sobre a destinação de recursos para a Operação Carro-Pipa e reforçou que políticas públicas devem ter finalidade específica. Também questionou a condução da transposição do Rio São Francisco, alegando interrupção no bombeamento de água para Estados do Nordeste. Em seguida, cobrou explicações do Governo Federal e defendeu a retomada do fornecimento de água para atender populações e atividades produtivas.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada esclareceu a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, afirmando que a proposta teve origem na Comissão de Relações Exteriores, conforme ocorre com acordos internacionais. Destacou que a matéria tratava de cooperação audiovisual com a China, ressaltando o potencial de acesso ao maior mercado de cinema do mundo. Argumentou também que o acordo ampliaria oportunidades para a difusão de produções brasileiras, fortalecendo a cultura nacional e sua inserção internacional. Concluiu defendendo a relevância da iniciativa para promover a indústria audiovisual e valorizar a memória e a história do País.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017. Além disso, questionou a tramitação do projeto, afirmando que a proposta não teria passado pelas etapas regimentais adequadas, como análise em comissão específica e debate em plenário. Nesse sentido, defendeu o cumprimento das normas internas da Casa para garantir transparência no processo legislativo.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada rebateu questionamentos sobre a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, afirmando que os registros oficiais da Câmara comprovavam a análise pela Comissão de Relações Exteriores. Citou a Mensagem nº 1.161, de 2024, e destacou a existência de parecer emitido em 2025, conforme dados do sistema legislativo. Argumentou ainda que os fatos documentados deveriam orientar o debate e criticou interpretações que desconsideravam informações oficiais. Ao concluir,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

defendeu a transparência do processo e reforçou a importância de basear discussões em registros institucionais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado agradeceu ao Presidente Hugo Motta pela inclusão em pauta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.023 e 1.203, de 2025, relacionados a acordos de coprodução cinematográfica entre Brasil e França e entre Brasil e China. Destacou que as negociações tiveram início em 2017 e ressaltou a relevância das medidas para o fortalecimento da cultura e do cinema brasileiro.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado informou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.395, de 2025, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), destacando que a proposta amplia a transparência nos processos do Instituto Nacional do Seguro Social. Explicou que a medida obriga o órgão a disponibilizar informações detalhadas sobre o andamento dos pedidos, como etapa de análise e prazo estimado de conclusão. Também prevê que negativas de benefícios sejam acompanhadas de justificativa completa e acesso ao processo administrativo.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a Gestão do então Ministro da Fazenda Fernando Haddad, apontando aumento da carga tributária, baixo crescimento econômico e instabilidade regulatória. Afirmou que a política econômica priorizou a arrecadação, citando medidas como a taxação de compras internacionais. Também questionou o novo arcabouço fiscal, que, segundo ele, incentivaria mais gastos ao atrelar despesas à receita. Ao final, defendeu mudanças na condução econômica, com foco em eficiência do Estado, segurança jurídica e estímulo ao investimento e ao emprego.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a sanção da Lei nº 15.266, de 2025, que instituiu o Sistema de Compras Expressas (Sicx) para agilizar contratações públicas de bens e serviços padronizados. Afirmou que a medida aprimorou a Lei de Licitações ao incorporar ferramentas de comércio eletrônico, com foco em celeridade, transparência e rastreabilidade. Ressaltou que o sistema mantém exigências legais, com integração ao Portal Nacional de Contratações Públicas e ao cadastro unificado de fornecedores. Por fim, afirmou que a iniciativa pode reduzir gargalos, ampliar a participação de pequenos fornecedores e garantir



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 32.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/03/2026

mais eficiência na gestão pública, especialmente em áreas como a saúde, sem comprometer o controle e a legalidade.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado anunciou o início das ações emergenciais do DNIT para recuperação de rodovias no Bico do Papagaio, com foco na Operação Tapa-Buracos entre Araguatins e Augustinópolis em Tocantins. Informou que é uma solução emergencial para uma região que vem sofrendo os efeitos diretos da sobrecarga viária provocada pelo desvio do tráfego após o desabamento da ponte Juscelino Kubitschek, na BR-226, entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). Ressaltou ainda que a recuperação da rodovia foi resultado de articulação com o diretor-geral do DNIT e demandou investimentos definitivos em trechos da TO-201, Anel Viário de Axixá, além de drenagem e recuperações em outros Municípios. Por fim, defendeu que as estradas são essenciais para desenvolvimento regional, segurança e escoamento produtivo.

ENCERRAMENTO